

O GLOBO

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Dia cheio no Congresso

Os congressistas descontaram na quarta-feira o ócio da semana que passou e das muitas que estão por vir, quando deixarão Brasília para mergulhar na campanha eleitoral. As votações entraram pela madrugada, depois de um dia cheio.

Como usar um serviço de informações num regime democrático foi a questão posta a um painel organizado pela Comissão de Defesa Nacional, logo pela manhã. Os jornalistas Oliveira Ferreira e Luiz Alberto Bahia procuraram responder à pergunta, enquadrando-a sob os pontos de vista filosófico e jurídico. Na minha vez, chamei a atenção para o novo campo de atividades de informações: a espionagem tecnológica e comercial. Na platéia, alguns funcionários do antigo SNI, que se queixam de ter passado da onipotência para o desvio dos párias. Este é o efeito da reação da sociedade contra os crimes que cometeram e os desvios de funções que praticaram durante o regime militar. Mas, como país algum deve prescindir de um serviço de informações e contra-espionagem, o debate merece ser aprofundado. Alguns dos deputados mais interessados no assunto são do PT, vítimas do SNI no passado.

A convenção do PFL, convocada para aprovar a aliança com o PSDB e o lançamento de Guilherme Palmeira como candidato a vice-presidente, ocupou o plenário do Senado. Reunião mais bem-comportada é difícil de encontrar. Parecia um encontro de rotarianos. Poucas mulheres delegadas, só dois ou três convencionais de roupa esportiva, o resto todo engravatado e de ternos escuros. Nem um só negro, nenhuma bandeira, ninguém tocando bumbo ou falando alto. Os aplausos combinavam com a platéia: moderados. Aumentaram de diapasão para saudar Antônio Carlos Magalhães, principal líder do partido, que conclamou a todos para o esforço da vitória.

Fernando Henrique fez um excelente discurso de encerramento. Quase uma aula magna, mais racional que emocional, como é de

seu hábito. Ao terminar, saudou rapidamente os membros da mesa e saiu pela porta lateral, sem misturar-se com os convencionais, que o procuravam para um aperto de mão e uma conversa rápida. Caminhou sozinho para o seu gabinete, o que é inusitado para um candidato à Presidência.

No plenário da Câmara, encenava-se, enquanto isto, o drama político do julgamento de Ibsen Pinheiro. Ex-presidente da Casa, membro importante do grupo de decisão do Congresso, defendeu-se apaixonadamente, procurando rebater, ponto por ponto, as acusações do relator Luiz Máximo (PSDB-SP). Ao contrário dos outros acusados, que só tiveram a defendê-los deputados como Roberto Cardoso Alves, Roberto Jefferson e José Lourenço, ergueram-se em defesa de Ibsen algumas das vozes mais respeitadas do Congresso. Luiz Henrique, presidente do PMDB, declarou que não assumia a defesa de seu companheiro por dever de ofício, mas sim pela convicção que tinha de sua inocência. Nelson Jobim — que grande falta fará à próxima legislatura, por ter desistido da reeleição — empenhou na batalha os seus conhecimentos jurídicos. Disse que, no máximo, ficava em dúvida sobre a culpabilidade de Ibsen após a leitura do processo. Em caso de dúvida, achava que os deputados tinham três caminhos a seguir: o voto pela absolvição, a abstenção ou o voto em branco. Até a contida Sandra Cavalcanti trouxe o seu depoimento a favor do acusado.

Não adiantou. A cobrança do eleitorado sobre a absolvição de Ricardo Fiúza, sentida pelos deputados que visitaram suas bases no correr da semana anterior, criou um clima de ou ele ou eu. Tivesse a votação de Ibsen antecedido à de Fiúza, possivelmente o resultado seria inverso. No final, 292 votaram pela cassação.

Descansaram um pouco e tornaram a votar: aprovaram, finalmente, a medida provisória da URV. Com esse resultado, o real pode ser implantado sobre uma base legal firme.